

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A negação do progresso.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Opinião - Bolsonaro participará de uma convergência antibolivariana?.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Desestatização e distribuição de renda	6

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: A negação do progresso**

O mundo passou os últimos dias discutindo o futuro do clima na Polônia, enquanto aqui, o que o novo governo fez foi recusar ser a sede da próxima COP e emitir algumas opiniões discutíveis sobre o tema. Será irracional desprezar a agenda ambiental e climática. O país só tem a ganhar se seguir as metas do Acordo de Paris e fortalecer os objetivos de desenvolvimento sustentável.

E isso olhando objetivamente, e sem qualquer paixão, os nossos próprios interesses. O Brasil é uma potência ambiental e nessa área sua voz tem sido ouvida porque é o primeiro país na lista dos 18 mega diversos que controlam 70% da biodiversidade do planeta. A preocupação climática tem mudado a nossa matriz energética e pode reduzir a poluição do ar que hoje mata milhares de pessoas nas grandes cidades.

Os primeiros sinais do governo Bolsonaro nesta área são de negação da ciência climática e da ordem do progresso no século 21. Hoje se cresce de outra forma. A lista de medidas que o Brasil precisa seguir pelo Acordo de Paris só fará bem. A primeira é combater o desmatamento. O que o Brasil ganhou no ano passado quando destruiu uma área maior do que o Distrito Federal de Floresta Amazônica? Foram postos abaixo 7.900 km² de floresta.

A destruição do patrimônio coletivo é predatória porque é conduzida em grande parte por grileiros que ocupam terra pública sem nada pagar. Uma "privatização" sem lei e sem benefício para os brasileiros. A grilagem costuma estar vinculada a crimes como trabalho escravo e lavagem de dinheiro. A segunda medida é combater a poluição do ar nos transportes e na produção de energia.

Estimulado por esse objetivo, o Brasil avançou muito na geração eólica e solar. Atraiu investimentos, principalmente para o Nordeste. Eu visitei no ano passado, para a série História do Futuro da GloboNews, parques eólicos no Rio Grande do Norte, estado com o maior potencial da energia dos ventos. Do ponto de vista microeconômico, o arrendamento das terras dos pequenos produtores locais, para a instalação de torres, deu a eles renda extra, e não prejudicou a produção.

Do ponto de vista macro, a região Nordeste só não teve apagão nos últimos anos, com a crise no setor e a seca prolongada, porque a energia eólica chegou a fornecer mais da metade do consumo. A energia solar tem crescido de forma incessante. A empresa norueguesa Equinor instalou em Quixeré, no Ceará, a sua primeira usina fotovoltaica no mundo. A gigante britânica Bpacabade anunciou a sua entrada em projetos de energia solar no Brasil, por meio de sua subsidiária Lightsource.

Esse caminho, além de produzir energia de baixa emissão aumenta a segurança energética do país. Visitei usinas solares até em Santa Catarina, lugar de sol mais fraco e projetos promissores na UFSC. Virar as costas para o nosso potencial nessas duas fontes seria uma insensatez. Mesmo quem é cético em relação ao aquecimento global terá de concordar que diminuir a poluição nas grandes cidades só fará bem à saúde de brasileiros. Morrem milhares de pessoas por ano pela poluição do ar. Quem duvida pode ouvir o professor Paulo Saldiva, da USP, o maior estudioso brasileiro neste assunto.

Ficará estarecido com os números. Reduzir o uso de energia fóssil nos veículos levará à diminuição dos gastos de saúde. As metas firmadas pelo Brasil no Acordo de Paris foram escolhidas pelo próprio país e não foram imposição externa para impedir nosso progresso. Os relatórios da ONU sobre Mudanças Climáticas são feitos por milhares de cientistas do mundo inteiro, inclusive alguns dos melhores do Brasil, que se reúne manualmente desde 1988.

Mesmo quem negue a mudança climática haverá de concordar que evitar a exploração predatória dos ativos florestais, aumentar a produção de outras fontes de energia, diminuir a poluição do ar nas grandes cidades trará efeitos benéficos. A agenda climática nos leva também, nesse círculo virtuoso, a proteger os rios e reduzir o desperdício no uso da água. É lógico que esse problema precisa ser enfrentado. O Brasil vive em várias cidades, inclusive na maior delas, crises de desabastecimento.

Quem mora em Brasília convive nos últimos anos com racionamento de água. Essa mesma agenda terá de nos levar também às obras no saneamento que elevarão o grau de progresso do Brasil. No fundo, é disso que está se falando: do desenvolvimento do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 09/12/2018**Seção:** Opinião**Autor:** Carlos Malamud**Título:** Opinião - Bolsonaro participará de uma convergência antibolivariana?

Historiador argentino, é analista sênior para América Latina do Real instituto Elcano

O próximo presidente do Brasil quer “desideologizar” apo-lítica externa. Isso implica abandonar as grandes causas do PT, como o apoio à Alba (ou ao que resta da aliança bolivariana) e à Unasul (União das Nações Sul-Americanas).

Para isso ele quer reconfigurar o Mercosul e rever suas alianças regionais. Onde antes se olhava para os governos populistas e para a esquerda, agora se olhará em outra direção.

Uma incógnita que ainda não foi esclarecida nesta mudança radical é o papel que o Brasil e o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), vão exercer na América Latina.

Bolsonaro indicou que o presidente chileno, Sebastián Pinera, será um interlocutor privilegiado. O colombiano Iván Duque pode ser outro. Mas os dois países fazem parte da Aliança do Pacífico, bloco comercial criticado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e seus assessores internacionais.

Mais problemática será a relação com o argentino Mauricio Macri e com o paraguaio Mario Abdo, condicionada pelo futuro do Mercosul.

Como a maioria dos países sul-americanos, o Brasil sofre os efeitos da crise humanitária na Venezuela e seus quase 4 milhões de emigrantes, muitos dos quais buscam refúgio e trabalho nos países vizinhos. Vem daí que um dos temas articuladores de uma possível convergência conservadora será a resposta regional ao governo de Nicolás Maduro, tachado de ditatorial pelo Grupo de Lima e pelo secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), Luis Almagro.

O próximo dia 10 de janeiro será crucial por marcar o início do próximo mandato na Venezuela, depois das eleições irregulares de maio passado.

Alguns presidentes latino-americanos anunciaram que não reconhecerão um novo governo de Maduro e estudarão novas medidas conforme a evolução dos

acontecimentos. Neste ponto será importante a atitude do presidente mexicano, López Obrador.

Recentemente o assessor de Segurança Nacional dos EUA, John Bolton, descreveu Cuba, Venezuela e Nicarágua como “troica da tirania” e disse que vai estudar possíveis ações conjuntas com outros países do hemisfério. Foi precisamente esse um dos motivos de sua reunião com Bolsonaro no Rio de Janeiro.

Não será difícil para os governadores conservadores da região coordenar políticas tanto dentro como fora do Grupo de Lima, inclusive com os EUA.

O problema é até onde vão querer chegar, cientes de que a pauta das relações regionais não se resume à crise venezuelana. Inclui a convergência entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, além das outras questões comerciais, a energia (não apenas as fontes renováveis), a mudança climática, a corrupção e a relação com os EUA, China e a União Européia.

Será mais fácil para Bolsonaro promover esse processo do que para seus colegas. Com a exceção de Pinera, que se mostrou disposto a acompanhar o Brasil, enxergando-o mais como uma oportunidade que como um risco.

Os outros presidentes terão dificuldade maior, dada a forte rejeição que o novo presidente brasileiro gera na opinião pública do continente. A Cúpula Conservadora de Foz do Iguaçu é apenas um caminho, se bem que, devido às ausências governamentais, ela será marcada mais pela retórica que por suas opções reais.

A preocupação maior dos governos latino-americanos com o que ocorre na região é boa notícia, independentemente da cor política de quem a promove. Mas, para que isso prospere, é necessário que a convergência se dê a partir de consensos amplos em que os interesses nacionais pesem mais que a ideologia.

Já vimos como fracassaram redondamente os experimentos promovidos pelo projeto cubano venezuelano. A direita também deveria aprender a lição.

Tradução de Clara Allain

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/12/2018****Seção: Colunas****Autor: Celso Ming****Título: Desestatização e distribuição de renda**

O presidente eleito vem pregando urgência na privatização de empresas estatais. Seu programa eleitoral já denunciava a excessiva existência de estatais no Brasil, nada menos que 147, apenas as controladas pela União. Dessas, 18 dependem de subvenções do Tesouro para garantir custeio e aumento de capital.

Como mostra o Boletim de Participações Societárias da União, em apenas 5 anos (de 2012 a 2017), o dispêndio total do Tesouro foi de R\$ 142,5 bilhões. E o retorno, de apenas R\$ 95,9 bilhões. Privatizar não é apenas tentativa de garantir um mínimo de qualidade na administração pública. Deve se ver, também, como importante política de rendas, algo que a esquerda, que tanto prega a necessidade de redistribuir a renda, não leva em consideração. Vargas começou com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce.

Dava início ao processo de industrialização. Mas a mais impressionante avalanche estatizante foi no regime militar, principalmente no período Geisel. Juscelino, notável desenvolvimentista, preferia incentivar o setor privado, especialmente a indústria automobilística. Hoje, grande parte das discussões entre privatistas e estatizantes ocupa terreno falsamente ideológico.

Nesses termos, o debate está esvaziado, especialmente depois que, em todo o mundo, os governos, antes comunistas, abandonaram as tentativas de desenvolvimento calcadas na propriedade estatal dos meios de produção. A China privatizou praticamente todo o setor produtivo (menos os bancos). A Rússia e a antiga Alemanha Oriental atiraram-se a uma privatização quase desesperada para salvar a economia, como marinheiros que, no meio da tempestade, atiram cargas do navio ao mar para evitar o naufrágio.

No Brasil, os principais defensores do Estado economicamente forte não se apegam mais ao campo ideológico. Usam, sim, carcomidos argumentos ideológicos, mas, na prática, agarram-se a privilégios corporativistas. Os neoliberais defendem a privatização porque entendem ser um sistema mais eficaz para aumentar a produção, criar empregos e desenvolver o País.

Mas essa deixou de ser exigência meramente ideológica. Se não por outra razão, passou a ser preciso privatizar e incentivar a propriedade privada dos meios de produção porque o Estado, quebrado, não consegue capitalizar as estatais para que se mantenham à tona d'água. A esquerda brasileira, tão míope quando se trata da adoção de políticas econômicas, deveria entender que a estatização, em especial no regime militar, foi altamente concentradora de renda.

A capitalização das estatais foi feita por meio de apropriação da poupança popular. Os sucessivos governos recorreram à disparada da dívida, ao aumento de impostos, à utilização de poupança compulsória (como o PIS-Pasep e como o Fundo de Amparo ao Trabalhador) ou, simplesmente, a transferências do Tesouro, como as que fez de repasses ao BNDES, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

Nessas condições, foram desviados recursos que normalmente se destinariam à saúde, à educação e a outras funções típicas do Estado. Foram garfadas que dilapidaram ainda mais a renda e o bem-estar do trabalhador. E não ficou apenas nisso. Para evitar a derrocada, o governo emitiu moeda, produziu enorme inflação, que achatou o poder aquisitivo do trabalhador, avançou sobre a correção monetária e sobre o rendimento das cadernetas e segurou o salário mínimo.

Em apenas dez anos (entre 1964 e 1974), a perda do valor de compra do salário mínimo foi superior a 40%. Sempre que uma estatal deu errado e resvalou para a insolvência, o prejuízo foi socializado. As tarifas de energia elétrica, por exemplo, subiram 31,4% nos últimos quatro anos para cobrir rombo da Eletrobrás e de suas subsidiárias. Se mais recursos do setor público tiverem de ser usados para capitalizar a Eletrobrás, para construir novas centrais de energia, refinarias, gasodutos, distribuidoras, ferrovias, estradas de rodagem, portos, aeroportos, empresas de mineração e tanta coisa mais, a concentração de renda tenderá a ficar ainda maior.

É por isso que precisa ser dito e repetido, como batidas de tambor: se é para levar a sério um processo de redistribuição de renda, então é preciso olhar para a privatização dos meios de produção. E, assim, deixar que o Estado cuide do que deveria e deixou de cuidar: da saúde, da educação, da segurança e da fiscalização do jogo econômico.

MME / ASCOM .